Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 6968/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/2317/2018
PROTOCOLO	: 1890222
ÓRGÃO	: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO (A)	: WALDIR NEVES BARBOSA
CARGO	: PRESIDENTE – ÉPOCA DOS FATOS
INTERESSADO (A)	: TÂNIA SERRA CANTÊRO FARIA
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão por morte a Sra. Tânia Serra Cantêro Faria, beneficiária do ex-servidor público Luiz Fernando de Souza Faria, que ocupava o cargo de Auditor Estadual de Controle Externo, neste Tribunal de Contas.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), que concluiu na **Análise n. 23866/2018** (peça 12, fls. 54-55) pelo registro do ato de concessão de pensão por morte em exame.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 9130/2019** (peça 13, fl. 56), no qual também opinou pelo registro do ato de concessão da pensão por morte.

É o relatório.

DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que o ato de concessão de pensão por morte foi realizado em consonância com o disposto no *caput* e § 7º do art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 31, II, "*a*", 13, I, 44, I e 45, I, da Lei (estadual) n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

Diante disso, concordo com a análise da ICEAP, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e decido pelo **registro do ato de concessão de pensão por morte a Sra. Tânia Serra Cantêro Faria**, beneficiária do ex-servidor público Luiz Fernando de Souza Faria, que ocupava o cargo de Auditor Estadual de Controle Externo, neste Tribunal de Contas, com fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar (Estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, e art. 10, I, do Regimento Interno.

É COMO DECIDO.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2019.

CONS. FLÁVIO KAYATT
Relator

YL